



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SACRAMENTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 863/2024.

Aos 11 dias do mês de dezembro de 2024, o **MUNICÍPIO DE SACRAMENTO**, pessoa jurídica com sede à Praça Monsenhor Saul Amaral, nº 512 – Bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.140.764/0001-48, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Dr. Wesley de Santi Melo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 788.906.406-34, residente e domiciliado na Rua Ana Bárbara de Carvalho Loyola, nº 279 – Jardim Alvorada, nesta cidade; e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SACRAMENTO – FMSS**, pessoa jurídica de Direito Público com sede à Rua Cristo Rei, nº 188, Bairro Centro, nesta Cidade, inscrito sob CNPJ nº 10.547.985/0001-23, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Gestor do SUS, Sr. Eduardo Costa Vaz, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 105.294.716-63, residente e domiciliado na Rua Clemente Marzola, nº. 257, Bairro Jardim Alvorada, nesta cidade; doravante denominados **ÓRGÃOS REGISTRADORES DO PREÇO**, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2024 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2024**, consubstanciado na Ata da Sessão Pública oriunda do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2024**, devidamente homologado pela Autoridade Competente e publicado no Diário Oficial, **RESOLVE**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, **REGISTRAR OS PREÇOS, para futura e eventual prestação de serviços de implementação, operação e manutenção de um link de internet compartilhado, na velocidade de 1 (um) gigabyte, com IP30 em fibra, com cessão de equipamentos em comodato para projetos de internet livre nas praças públicas municipais, abrangendo zona urbana e rural, com kit para acesso simultâneo de no mínimo 200 pessoas e internet via satélite de baixa órbita, em atendimento às Secretarias Municipais do Município de Sacramento**, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência e no Edital de Licitação, da empresa cujo fornecimento foi adjudicado na licitação, doravante designada **FORNECEDORA DETENTORA DO PREÇO REGISTRADO**, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA

A empresa **MEGACOM INTERNET LTDA**, estabelecida à Rua Bernardo Mascarenhas, nº 737, bairro Mariano Procópio, Juiz de Fora/MG, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 27.989.960/0001-82, neste ato representada por Lucas Matias Mattos, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 107.193.096-62, portador do RG nº MG 16.850.579, residente e domiciliado na Rua José Sobreira, nº 215, bairro Linhares, CEP: 36.060-560, Juiz de Fora/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 – A presente Ata tem por objeto a prestação de serviços de implementação, operação e manutenção de um link de internet compartilhado, na velocidade de 1 (um) gigabyte, com IP30 em fibra, com cessão de equipamentos em comodato para projetos de internet livre nas praças públicas municipais, abrangendo zona urbana e rural, com kit para acesso simultâneo de no mínimo 200 pessoas e internet via satélite de baixa órbita, em atendimento às Secretarias Municipais do Município de Sacramento.

2.2 – Os valores, especificações e quantidades são constantes na tabela abaixo:

ITEM	CÓD MATERIAL	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	37779	FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET RURAL VIA RÁDIO, FIBRA OU SATÉLITE COM NO MÍNIMO 40 Mbps DE BANDA DE DOWNLOAD. SEM FRANQUIA DE DADOS	SERV	360,00	841,00	302.760,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SACRAMENTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

6	37781	INTERNET VIA SATÉLITE DE BAIXA ÓRBITA (LOCAÇÃO DE UM KIT DE INTERNET VIA SATÉLITE), COM BANDA DE DOWNLOAD MÍNIMA DE 20 MBPS E BANDA DE UPLOAD MÍNIMA DE 2MBPS SEM FRANQUIA DE DADOS COM TERMINAL TRANSPORTÁVEL. FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS (NECESSÁRIOS PARA ACESSO WLAN, WAN), TRANSPORTE E INSTALAÇÃO DE TODO APARATO NECESSÁRIO PARA O FUNCIONAMENTO DO LINK SATELITAL.	SERV	240,00	723,00	173.520,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA AS AQUISIÇÕES						476.280,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA AS AQUISIÇÕES POR EXTENSO: QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS.						

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DA VALIDADE DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 – A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida, por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação, observados os seguintes requisitos:

3.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

3.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3 - consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

3.6 - DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

3.6.1 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.6.2 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.6.3 - Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no subitem 3.6.2.

3.6.4 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o subitem 3.6.2, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a



compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7 - VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

3.7.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3.8 - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.8.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

3.8.2 - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em 12 (doze) meses, e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.8.3 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.8.4 - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, salvo em hipóteses, que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8.4.1 - O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.8.5 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8.6 - Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.8.6.1 - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

3.8.6.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados no relatório de classificação, emitido pelo Sistema BNC, constante dos autos do certame.

3.8.7 - O registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.8.8 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.8.9 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.8.9.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

3.8.9.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

3.8.10 - O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.8.11 - Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.8.11.1 - O sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.



3.8.11.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.8.12 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital, exceto se ocorrer previsão diversa em regulamento municipal, condicionado a justificativa.

3.8.13 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.8.14 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

3.8.14.1 - Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.8.14.2 - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.8.15 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

3.8.16 – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.8.16.1 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

3.8.16.1.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.8.16.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

3.8.16.1.3 – Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8.16.1.4 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

3.8.16.1.5 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação, e de acordo com as normas que regem o instituto.

3.8.17 – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

3.8.17.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

3.8.17.2 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.8.17.3 – Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.



3.8.17.4 – Caso não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.8.17.5 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8.17.6 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

3.8.17.7 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

3.8.17.8 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

3.8.17.9 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

3.8.17.10 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

3.8.17.11 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

3.8.17.12 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8.18 – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.8.18.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

3.8.18.2 – O remanejamento somente poderá ser feito:

3.8.18.2.1 – De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

3.8.18.2.2 – De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

3.8.18.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

3.8.18.4 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

3.8.18.5 – Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as



condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

3.8.18.6 – Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

3.8.19 – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.8.19.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

3.8.19.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

3.8.19.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

3.8.19.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

3.8.19.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8.19.2 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

3.8.19.3 – O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

3.8.19.4 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva (registrados no relatório de classificação, emitido pelo Sistema BNC), na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

3.8.19.5 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

3.8.19.5.1 – Por razão de interesse público;

3.8.19.5.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

3.8.19.5.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

3.8.20 – DAS PENALIDADES

3.8.20.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

3.8.20.2 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

3.8.20.3 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

3.8.20.4 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador quaisquer ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E O RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 – A fiscalização do objeto e o recebimento dos serviços estão a cargo dos indicados abaixo, que detém expertise para promoverem o acompanhamento do objeto contratual junto aos fornecedores, os quais deverão observar as obrigações da presente função, dispostas nos artigos 9º e 10º do Decreto Municipal nº 103/2023.

4.1.1 – GESTOR: Fabiano Matias de Melo – Diretor de Informática e Tecnologia da Informação.

4.1.2 – FISCAL: Lucas Henrique Teixeira Lima – Subdiretor de Informática.

CLÁUSULA QUINTA – DA ESPECIFICAÇÃO, DA EXECUÇÃO DO OBJETO E SEU RECEBIMENTO

5.1 – ITEM 01: LINK DE INTERNET COMERCIAL/IP30 EM FIBRA DE 1 (UM) GIGABYTE PONTO CENTRAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - ENDEREÇO: PRAÇA MONSENHOR SAUL AMARAL

5.1.1 – CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS SOLICITADAS:

5.1.1.1 - Garantia de conexão 24 horas por dia e 7 dias por semana;

5.1.1.2 - Garantia total da banda contratada com redundância;

5.1.1.3 - Link disponível de no mínimo, 85%, do total contratado, de download e 70%, do total contratado, de upload full time;

5.1.1.4 - Mínimo 10 endereços IP fixos disponibilizados;

5.1.1.5 - Velocidade do Link de conexão com a Internet de no mínimo 1 (um) gigabyte;

5.1.1.6 - A empresa deverá possuir outorga da ANATEL para explorar os Serviços SCM;

5.1.1.7 – Empresa deverá fornecer declaração (com backbones distintos de IP mundial), sendo no mínimo 1(um) classificado como TIER-1, informando possuir conexão instalada, distribuídas regionalmente;

5.1.1.8 – Atestado de implantação e manutenção de links de internet dedicados via fibra óptica;

5.1.1.9 – Atestado de implantação e manutenção de links de circuitos de dados via fibra óptica;

5.1.2 – SUPORTE TÉCNICO

5.1.2.1 - Para o Link, deverá ser prestado em horário de expediente da Prefeitura (07:00hs as 17:00hs) caso seja fora deste horário, definir com o setor de Informática da Prefeitura, com prazo máximo de 04 horas para solução de problemas, após a abertura do chamado técnico;

5.1.2.2 - Após a abertura do chamado técnico, este deverá estar no local ou entrar em contato com a Prefeitura para fins de análise do problema em no máximo 20 (vinte) minutos;

5.1.2.3 - Prover uma conectividade à Internet, com taxa de transmissão de 1 (um) gigabyte full duplex, isto é, a taxa de transmissão fornecida deverá suportar 1 (um) gigabyte de tráfego de entrada e 1 (um) gigabyte de tráfego de saída, simultaneamente.

5.1.2.4 - A taxa de transmissão deverá sempre estar disponível na totalidade do fluxo contratado e não deve incluir a taxa de overhead de protocolos até a camada 2 do modelo OSI;

5.1.2.5 - A interligação deve ser em conexão permanente e exclusiva, desde as dependências da Prefeitura até a conexão à infraestrutura de comunicação da Contratada, obedecendo às recomendações elaboradas pela Electronic Industries Alliance/Telecommunications Industry Association EIA/TIA e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para provimento de serviços de acesso à internet (Internet Service Providers) e demais normas, quando couber;

5.1.2.6 - Ser provido com base em uma infraestrutura de fibra-óptica, como meio de acesso, vedada a utilização de qualquer outra tecnologia de acesso.

5.1.2.7 - A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço.



5.1.2.8 - Após o início oficial de operação do link contratado, quaisquer demandas de configuração em equipamento de comunicação de dados deverão ser realizadas pela Contratada em, no máximo, 6 (seis) horas;

5.1.2.9 - A contratada se responsabilizará por eventuais adaptações nas instalações físicas nas dependências do contratante, assim como a infraestrutura externa, para a implantação dos serviços contratados (passagem de cabos, lançamento de fibras ópticas, adaptação de tomadas etc.).

5.1.3 – INSTALAÇÃO DO LINK:

5.1.3.1 - O Link deverá ser instalado e configurado no DataCenter da Prefeitura Municipal, de modo que, todos os computadores das Redes da Prefeitura deverão acessar integralmente todos os serviços da Internet (Navegação, envio e recebimento de E-mails, FTP e todos os demais serviços) sem qualquer restrição ou distinção. Tudo deve ser providenciado antecipadamente e de forma programada para que os Servidores da Prefeitura possam ser devidamente configurados com os novos endereços IP e possam se manter em pleno funcionamento, sem quaisquer transtornos, tornando o processo de instalação o mais transparente possível.

5.1.3.2 - A empresa vencedora, deverá instalar e configurar o Link, deixando o mesmo em total funcionamento, navegando na Internet utilizando as configurações de Proxy (Squid) e regras de firewall utilizadas pela Prefeitura.

5.1.3.3 - Os equipamentos necessários para a interligação (modems, roteadores, conversores etc..) deverão ser fornecidos pela Contratada.

5.1.3.4 - A Empresa vencedora deverá instalar e testar o link de internet. A Ativação do mesmo para fins de contrato somente será efetivado a partir do momento que Prefeitura emitir a Ordem de Ativação do mesmo. E esta ativação deverá ser executada num prazo máximo de 24hs.

5.1.4 – REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS:

5.1.4.1 - A Contratada deverá monitorar e supervisionar os links da sua malha principal (backbone), diagnosticando e solucionando falhas mesmo antes do desencadeamento da notificação pelo cliente. Ficará, a Contratada, encarregada de prestar esclarecimentos a Contratante, sobre os itens supracitados, sempre que este julgar necessário.

5.1.4.2 - O serviço contratado deverá permitir incorporar modificações ou ampliações sem que estas impliquem na interrupção do restante das conexões do cliente. Para a efetivação de tais modificações/ampliações deverá contratante consultar a contratada para a definição de novas condições técnico-comerciais (viabilidade, velocidades e valores), bem como agendamento de paralisações. A solução deverá, tecnologicamente, estar baseada em equipamentos que utilizem padrões vigentes no mercado e marcas líderes na sua área, propiciando a segurança dos dados.

5.1.4.3 - A Contratada deverá disponibilizar os links do objeto desta licitação, não repassando a terceiras quaisquer responsabilidades sobre o funcionamento deles.

5.1.4.4 - A Contratada, sempre que necessitar realizar manutenções preventiva ou de ampliação em sua estrutura (Links de Acesso, substituição de meio físico, dentre outros), que possam acarretar a paralisação ou baixa de performance na comunicação do Link Central e/ou Unidades Remotas, deverá comunicar a Contratante com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência. A Contratada se responsabiliza pela substituição dos equipamentos em caso de defeitos (queima por descarga elétrica, superaquecimento, falha do equipamento). A substituição deverá ser feita em no máximo 2 (duas) horas após aberto o chamado.

5.1.4.5 - Os equipamentos, necessários à interligação das redes, serão fornecidos pela Contratada.

5.1.4.6 - A Contratada deverá fornecer um número de telefone celular de técnico responsável para Suporte Técnico de Emergência – 24 horas (fora do horário de expediente, finais de semana e feriados), para casos de pane ou defeito nos equipamentos que provoquem a paralisação do Link Central ou de algum dos pontos de Intranet interligados que necessite do funcionamento.



5.1.5 – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO:

5.1.5.1 - Em caso de indisponibilidade dos links causada por defeitos nos materiais, rompimento, defeitos em fusões ou outros problemas de natureza física, os links afetados deverão ser restabelecidos em, no máximo, 4 (quatro) horas; durante a vigência do contrato, deverá ser disponibilizado um número de telefone que possibilite um atendimento de 24 (vinte e quatro) horas/dia, 7 (sete) dias por semana, para eventuais chamados técnicos. Este número atuará como central de atendimento das ocorrências do serviço; as ligações para ele efetuadas. Se necessário, a prefeitura abrirá as ocorrências diretamente com o consultor responsável a ser designado pela CONTRATADA. Para cada ocorrência de serviço, a licitante deverá disponibilizar um identificador único (número de chamado) para facilidade no acompanhamento das soluções; A abertura dos chamados técnicos poderá ser efetuada por toda a Equipe de TI (Tecnologia e Informação) e o seu fechamento ficará condicionado ao aceite daquele departamento; Os chamados serão considerados como ABERTO e o tempo para efetivar o serviço será contabilizado a partir do momento da ligação da Equipe de TI da Prefeitura para o número disponibilizado e/ou envio de e-mail para suporte e/ou sistema de chamados próprio da contratada.

5.1.6 – DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS:

5.1.6.1 - O serviço prestado deverá ter sua qualidade medida mensalmente, para fins de pagamento, por meio dos seguintes critérios:

5.1.6.1.1 - Disponibilidade do link de comunicação de dados conforme critérios estabelecidos;

5.1.6.1.2 - Latência, Tempo de Resposta, Taxa de erro e perda de pacotes, de acordo com critérios estabelecidos.

5.1.6.1.3 - Disponibilidade da Central de Atendimento conforme períodos e horários exigidos;

5.1.6.1.4 - Agilidade, cortesia e presteza no atendimento do suporte técnico;

5.1.6.1.5 - Eficiência das soluções definitivas apresentadas;

5.1.6.1.6 - Nenhuma penalidade aplicada à Contratada no período;

5.1.6.1.7 - Atendimento às demais exigências contratuais.

5.1.7 – PADRONIZAÇÃO:

5.1.7.1 - Os links serão dedicados para cada conexão e que garantam largura de banda de 100% (cem por cento) para tráfego de aplicações IP (Internet Protocol) de qualquer classe de serviço. Caso a contratada não disponha da velocidade solicitada, deverá ser fornecido link na velocidade superior, porém, o preço a ser pago não poderá ser superior ao do link solicitado;

5.1.7.2 - As velocidades deverão ser simétricas.

5.1.8 – DISPONIBILIDADE:

5.1.8.1 - A disponibilidade do serviço será calculada por link para período de um mês (trinta dias), terá como data de início sempre o primeiro dia de cada mês. Quando da ativação os dias consecutivos a partir da ativação do serviço até o último dia do mês. O serviço deverá estar disponível vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano, para todos os níveis de serviço.

5.1.8.2 - A disponibilidade mensal exigida do link será de 98%.

5.1.8.3 - O cálculo da disponibilidade se dará através da seguinte equação:

- $D\% = [(To - Ti) / To] * 100$ Onde: D = disponibilidade To = período de operação trinta dias (em minutos).

- Ti = somatório dos tempos de taxa de erros elevada (que não tenham atendido o solicitado) e das interrupções por inoperância do link durante o período de operação trinta dias (em minutos).

- No cálculo de disponibilidade, não serão consideradas as interrupções programadas e aquelas de responsabilidade da Prefeitura.

5.1.9 – ATRASO

5.1.9.1 - Atraso é o tempo médio máximo admissível na transmissão de um pacote IP. Atraso bidirecional [ida e volta (RTT - Round Trip Time definido no RFC 2681)], onde RTT é o tempo de ida e volta de um



pacote ao longo de todo o link. Isto também indica se a qualidade da conexão é boa ou não, pois representa o retardo sofrido pelo pacote nos diversos elementos de rede no caminho.

5.1.9.2 - Será admitido um retardo máximo de 40ms;

5.1.9.3 - Será admitido um jitter máximo de 40ms;

5.1.9.4 - A aferição da ocorrência ou não de atraso, bem como a sua variação na conexão, não pode ser feita predefinindo um dia da semana, duração e horário, porque o estado da rede se altera no decorrer do período. Portanto, será necessário realizar várias amostragens de teste durante todo o período de interesse de realização da aferição de 8 horas ou 24 horas.

5.1.9.5 - O tempo de cada amostragem será de pelo menos 60 minutos com intervalo entre as amostragens de 15, 30 ou 60 minutos, dependendo da solicitação da Prefeitura. A conexão será testada com carga.

5.1.9.6 - Os atrasos ou suas variações decorrentes de equipamentos da Prefeitura serão desconsiderados.

5.1.10 – TEMPO DE INOPERÂNCIA

5.1.10.1 - Será considerado como tempo de inoperância a partir da abertura do chamado técnico com a contratada até o restabelecimento do link às condições normais de operação, computado em minutos.

5.1.10.2 - Quando da ocorrência de inoperância e a responsabilidade for da contratada, será considerada a contagem de inoperância no período de 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano. A contagem da inoperância será sempre a partir do primeiro minuto do primeiro dia de cada mês até as vinte e quatro horas do último dia do mês, incorrendo em penalidade.

5.1.10.3 - Tempo TOTAL de inoperância: É a soma dos tempos de inoperância no intervalo de um mês, por link, acumulados em minutos. A contagem total da inoperância será sempre a partir do primeiro minuto do primeiro dia de cada mês até as vinte e quatro horas do último dia do mês.

5.1.10.4 - O tempo total de inoperância máximo permitido será de 259 minutos por ano.

5.1.11 – SUPORTE DE SERVIÇOS

5.1.11.1 - Quando da ocorrência de falha no link a contratada deverá efetuar a verificação de todo o enlace (modems e link).

5.1.11.2 - Deverão ser efetuados testes de verificação de qualidade de transmissão, pelo contratado dos serviços, sempre que houver solicitação da Prefeitura, sem custos adicionais. A contratada deverá manter uma central de serviços para atendimento técnico com um número telefônico, com chamadas franqueadas, para o registro de chamados no período de 24 horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano.

5.1.11.3 - Somente serão aceitas solicitações técnicas oriundas da Área de TI da Prefeitura Municipal.

5.1.12 – MANUTENÇÃO DO LINK COM DEFEITO

5.1.12.1 - Os serviços de assistência técnica serão realizados em qualquer horário, sete dias por semana.

5.1.12.2 - Em caso de impedimento de acesso dos técnicos da contratada ao local da ocorrência, que seja de responsabilidade da Prefeitura, o prazo de atendimento passará a ser contado a partir do acesso do técnico ao local, para a resolução do problema.

5.1.13 - As interrupções programadas para manutenções preventivas, serão efetuadas no período compreendido entre 00:00 e 06:00 horas, horário de Brasília, de domingo e/ou segunda-feira, e comunicadas a Prefeitura com antecedência mínima de cinco dias, sendo que este tipo de serviço só será realizado com o aval da Prefeitura. Quando este período for extrapolado, incorrerá em penalidade; Casos excepcionais deverão ser tratados de comum acordo com a Prefeitura. Quando o prazo mínimo de cinco dias de comunicação não for obedecido, ou a Prefeitura não for informada, incorrerá em penalidade;

5.1.14 - A empresa fornecedora do link deverá disponibilizar software de monitoramento de atividades dos links contemplando no mínimo as informações abaixo relacionadas:

- a) Gerar diferentes perfis de interface e de visualização por usuário logado;
- b) Monitoramento do status de portas (ativa, desconectada, administrativamente desativada);
- c) Monitoramento de status de link;



- d) Monitoramento de largura de banda (SNMP, SFlow ou similar);
- e) Monitoramento de tempo de atividade e ou tempo de queda;
- f) Geração de relatórios com diversos níveis de granularidade;
- g) Disponibilização de acesso para usuário da Prefeitura, com permissão para acessar e visualizar o status do link em tempo real;
- h) Instalar e manter inventário dos equipamentos de rede (marca/modelo).

5.2 – ITEM 02: FORNECIMENTO DE LINK COMPARTILHADO DE 1 (UM) GIGABYTE PARA CADA PONTO, TODOS OS PONTOS DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE SACRAMENTO – MG

5.2.1 - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS SOLICITADAS:

- 5.2.1.1** - Garantia de conexão 24 horas por dia e 7 dias por semana;
- 5.2.1.2** - Velocidade do Link de conexão com a Internet de no mínimo 1 (um) gigabyte (Banda Larga);
- 5.2.1.3** – Disponibilizar, no mínimo, 40 ips públicos/privados fixos.

5.2.2 – SUPORTE TÉCNICO

- 5.2.2.1** - Para o Link, deverá ser prestado em horário de expediente da Prefeitura (07:00 às 17:00 horas) com prazo máximo de 04 horas para solução de problemas, após a abertura do chamado técnico;
- 5.2.2.2** - Após a abertura do chamado técnico, este deverá estar no local ou entrar em contato com a Prefeitura para fins de análise do problema em no máximo 20 minutos;
- 5.2.2.3** - A empresa deverá possuir outorga da ANATEL para explorar os Serviços SCM;
- 5.2.2.4** - A interligação deve ser em conexão permanente, direto do provedor contratado até o ponto da prefeitura a ser instalado à infraestrutura de internet, obedecendo às recomendações elaboradas pela Electronic Industries Alliance/Telecommunications Industry Association EIA/TIA e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para provimento de serviços de acesso à internet (Internet Service Providers) e demais normas, quando couber;
- 5.2.2.5** - Ser provido com base em uma infraestrutura de fibra-óptica, como meio de acesso, vedada a utilização de qualquer outra tecnologia de acesso.
- 5.2.2.6** - A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço.
- 5.2.2.7** - Após o início oficial de operação do link contratado, quaisquer demandas de configuração em equipamento de comunicação de dados deverão ser realizadas pela Contratada em, no máximo, 6 (seis) horas;
- 5.2.2.8** - A contratada se responsabilizará por eventuais adaptações nas instalações físicas nas dependências do contratante, assim como a infraestrutura externa, para a implantação dos serviços contratados (passagem de cabos, lançamento de fibras ópticas, adaptação de tomadas etc).

5.2.3 – PRAZO PARA SUPORTE

- 5.2.3.1** - Suporte Técnico para o Link, deverá ser prestado em horário de expediente da Prefeitura (07:00 hs as 17:00hs) com prazo máximo de 04 horas para solução de problemas, após a abertura do chamado técnico;
- 5.2.3.2** - Após a abertura do chamado técnico, este deverá estar no local ou entrar em contato com a Prefeitura para fins de análise do problema em no máximo 20 (vinte) minutos;

5.2.4 – REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS:

- 5.2.4.1** - A solução utilizada na instalação deverá, tecnologicamente, estar baseada em equipamentos que utilizem padrões vigentes no mercado e marcas líderes na sua área, propiciando a segurança dos dados. A Contratada deverá disponibilizar os links do objeto desta licitação, não repassando a terceiras quaisquer responsabilidades sobre o funcionamento dos mesmos.



5.2.4.2 - A Contratada se responsabiliza pela substituição dos equipamentos em caso de defeitos (queima por descarga elétrica, superaquecimento, falha do equipamento). A substituição deverá ser feita em no máximo 2 (duas) horas após aberto o chamado. Os equipamentos, necessários à interligação das redes, serão fornecidos pela Contratada. A Contratada deverá fornecer um número de telefone celular de técnico responsável para Suporte Técnico de Emergência – 24 horas (fora do horário de expediente, finais de semana e feriados), para casos de pane ou defeito nos equipamentos que provoquem a paralisação do acesso à internet em cada ponto. Se necessário, a prefeitura abrirá as ocorrências diretamente com o consultor responsável a ser designado pela CONTRATADA. Para cada ocorrência de serviço, a licitante deverá disponibilizar um identificador único (número de chamado) para facilidade no acompanhamento das soluções; A abertura dos chamados técnicos poderá ser efetuada por toda a Equipe de TI (Tecnologia e Informação) e o seu fechamento ficará condicionado ao aceite daquele departamento;

5.2.5 – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

5.2.5.1 - Em caso de indisponibilidade dos links causada por defeitos nos materiais, rompimento, defeitos em fusões ou outros problemas de natureza física, os links afetados deverão ser restabelecidos em, no máximo, 4 (quatro) horas; durante a vigência do contrato, deverá ser disponibilizado um número de telefone que possibilite um atendimento de 24 (vinte e quatro) horas/dia, 7 (sete) dias por semana, para eventuais chamados técnicos. Este número atuará como central de atendimento das ocorrências do serviço; as ligações para ele efetuadas. Se necessário, a prefeitura abrirá as ocorrências diretamente com o consultor responsável a ser designado pela CONTRATADA. Para cada ocorrência de serviço, a licitante deverá disponibilizar um identificador único (número de chamado) para facilidade no acompanhamento das soluções; A abertura dos chamados técnicos poderá ser efetuada por toda a Equipe de TI (Tecnologia e Informação) e o seu fechamento ficará condicionado ao aceite daquele departamento; Os chamados serão considerados como ABERTO e o tempo para efetivar o serviço será contabilizado a partir do momento da ligação da Equipe de TI da Prefeitura para o número disponibilizado e/ou envio de e-mail para suporte e/ou sistema de chamados próprio da contratada.

5.2.5.2 - Em caso de impedimento de acesso dos técnicos da contratada ao local da ocorrência, que seja de responsabilidade da Prefeitura, o prazo de atendimento passará a ser contado a partir do acesso do técnico ao local, para a resolução do problema.

5.2.5.3 - As interrupções programadas para manutenções preventivas, serão efetuadas no período compreendido entre 00:00 e 06:00 horas, horário de Brasília, de domingo e/ou segunda-feira, e comunicadas a Prefeitura com antecedência mínima de cinco dias, sendo que este tipo de serviço só será realizado com o aval da Prefeitura. Quando este período for extrapolado, incorrerá em penalidade; Casos excepcionais deverão ser tratados de comum acordo com a Prefeitura. Quando o prazo mínimo de cinco dias de comunicação não for obedecido, ou a Prefeitura não for informada, incorrerá em penalidade;

5.2.6 – DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS:

5.2.6.1 - O serviço prestado deverá ter sua qualidade medida mensalmente, para fins de pagamento, por meio dos seguintes critérios:

5.2.6.1.1 - Disponibilidade do link de comunicação de dados conforme critérios estabelecidos;

5.2.6.1.2 - Latência, Tempo de Resposta, Taxa de erro e perda de pacotes, de acordo com critérios estabelecidos.

5.2.6.1.3 - Disponibilidade da Central de Atendimento conforme períodos e horários exigidos;

5.2.6.1.4 - Agilidade, cortesia e presteza no atendimento do suporte técnico;

5.2.6.1.5 - Eficiência das soluções definitivas apresentadas;

5.2.6.1.6 - Nenhuma penalidade aplicada à Contratada no período;

5.2.6.1.7 - Atendimento às demais exigências contratuais.

5.2.7 – PADRONIZAÇÃO



5.2.7.1 - Os links serão dedicados para cada conexão e que garantam largura de banda de 100% (cem por cento) para tráfego de aplicações IP (Internet Protocol) de qualquer classe de serviço. Caso a contratada não disponha da velocidade solicitada, deverá ser fornecido link na velocidade superior, porém, o preço a ser pago não poderá ser superior ao do link solicitado;

5.2.7.2 - As velocidades deverão ser simétricas.

5.2.8 – DISPONIBILIDADE

5.2.8.1 - A disponibilidade do serviço será calculada por link para período de um mês (trinta dias), terá como data de início sempre o primeiro dia de cada mês. Quando da ativação os dias consecutivos a partir da ativação do serviço até o último dia do mês. O serviço deverá estar disponível vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano, para todos os níveis de serviço.

5.2.8.2 - A disponibilidade mensal exigida do link será de 98%.

5.2.8.3 - O cálculo da disponibilidade se dará através da seguinte equação:

- $D\% = [(T_o - T_i) / T_o] * 100$ Onde: D = disponibilidade To = período de operação trinta dias (em minutos).
- Ti = somatório dos tempos de taxa de erros elevada (que não tenham atendido o solicitado) e das interrupções por inoperância do link durante o período de operação trinta dias (em minutos).
- No cálculo de disponibilidade, não serão consideradas as interrupções programadas e aquelas de responsabilidade da Prefeitura.

5.2.9 – ATRASO

5.2.9.1 - É o tempo médio máximo admissível na transmissão de um pacote IP. Atraso bidirecional [ida e volta (RTT - Round Trip Time definido no RFC 2681)], onde RTT é o tempo de ida e volta de um pacote ao longo de todo o link. Isto também indica se a qualidade da conexão é boa ou não, pois representa o retardo sofrido pelo pacote nos diversos elementos de rede no caminho.

5.2.9.2 - Será admitido um retardo máximo de 40ms;

5.2.9.3 - Será admitido um jitter máximo de 40ms;

5.2.9.4 - A aferição da ocorrência ou não de atraso, bem como a sua variação na conexão, não pode ser feita predefinindo um dia da semana, duração e horário, porque o estado da rede se altera no decorrer do período. Portanto, será necessário realizar várias amostragens de teste durante todo o período de interesse de realização da aferição de 8 horas ou 24 horas;

5.2.9.5 - O tempo de cada amostragem será de pelo menos 60 minutos com intervalo entre as amostragens de 15, 30 ou 60 minutos, dependendo da solicitação da Prefeitura. A conexão será testada com carga.

5.2.9.6 - Os atrasos ou suas variações decorrentes de equipamentos da Prefeitura serão desconsiderados.

5.2.10 – TEMPO DE INOPERÂNCIA

5.2.10.1 - Será considerado como tempo de inoperância a partir da abertura do chamado técnico com a contratada até o restabelecimento do link às condições normais de operação, computado em minutos.

5.2.10.2 - Quando da ocorrência de inoperância e a responsabilidade for da contratada, será considerada a contagem de inoperância no período de 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano. A contagem da inoperância será sempre a partir do primeiro minuto do primeiro dia de cada mês até as vinte e quatro horas do último dia do mês, incorrendo em penalidade.

5.2.10.3 - Tempo TOTAL de inoperância: É a soma dos tempos de inoperância no intervalo de um mês, por link, acumulados em minutos. A contagem total da inoperância será sempre a partir do primeiro minuto do primeiro dia de cada mês até as vinte e quatro horas do último dia do mês.

5.2.10.4 - O tempo total de inoperância máximo permitido será de 259 minutos por ano.

5.2.11 – SUPORTE DE SERVIÇOS:

5.2.11.1 - Quando da ocorrência de falha no link a contratada deverá efetuar a verificação de todo o enlace (modems e link).



5.2.11.2 - Deverão ser efetuados testes de verificação de qualidade de transmissão, pelo contratado dos serviços, sempre que houver solicitação da Prefeitura, sem custos adicionais. A contratada deverá manter uma central de

serviços para atendimento técnico com um número telefônico, com chamadas franqueadas, para o registro de chamados no período de 24 horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano.

5.2.11.3 - Somente serão aceitas solicitações técnicas oriundas da Área de TI da Prefeitura Municipal.

5.2.11.4 - Manutenção do link com defeito. Os serviços de assistência técnica serão realizados em qualquer horário, sete dias por semana.

5.2.11.5 - A empresa fornecedora do link deverá disponibilizar software de monitoramento de atividades dos links contemplando no mínimo as informações abaixo relacionadas:

- a) Gerar diferentes perfis de interface e de visualização por usuário logado;
- b) Monitoramento do status de portas (ativa, desconectada, administrativamente desativada);
- c) Monitoramento de status de link;
- d) Monitoramento de largura de banda (SNMP, SFlow ou similar);
- e) Monitoramento de tempo de atividade e ou tempo de queda;
- f) Geração de relatórios com diversos níveis de granularidade;
- g) Disponibilização de acesso para usuário da Prefeitura, com permissão para acessar e visualizar o status do link em tempo real;
- h) Instalar e manter inventário dos equipamentos de rede (marca/modelo).

5.2.11.6 - Os equipamentos necessários para a interligação (modems, roteadores, conversores, etc..) deverão ser fornecidos pela Contratada.

5.2.11.7 - O serviço contratado deverá permitir incorporar modificações ou ampliações sem que estas impliquem na interrupção do restante das conexões do cliente. Para a efetivação de tais modificações/ampliações deverá contratante consultar a contratada para a definição de novas condições técnico-comerciais (viabilidade, velocidades e valores), bem como agendamento de paralisações. A solução deverá, tecnologicamente, estar baseada em equipamentos que utilizem padrões vigentes no mercado e marcas líderes na sua área, propiciando a segurança dos dados;

5.2.11.8 - A taxa de transmissão deverá sempre estar disponível na totalidade do fluxo contratado e não deve incluir a taxa de overhead de protocolos até a camada 2 do modelo OSI;

5.2.11.9 - O Link deverá ser instalado e configurado no local indicado pelo setor de Informática da Prefeitura de Sacramento, de modo que, todos os computadores deverão acessar integralmente todos os serviços da Internet (Navegação, envio e recebimento de E-mails, FTP e todos os demais serviços) sem qualquer restrição ou distinção. Tudo deve ser providenciado antecipadamente e de forma programada para que os serviços possam ser devidamente configurados com os novos endereços IP e possam se manter em pleno funcionamento, sem quaisquer transtornos, tornando o processo de instalação o mais transparente possível;

5.2.11.10 - A Contratada deverá monitorar e supervisionar os links da sua malha principal (backbone), diagnosticando e solucionando falhas mesmo antes do desencadeamento da notificação pelo cliente. Ficará, a Contratada, encarregada de prestar esclarecimentos a Contratante, sobre os itens supracitados, sempre que este julgar necessário;

5.2.11.11 - A Contratada deverá disponibilizar os links do objeto desta licitação, não repassando a terceiras quaisquer responsabilidades sobre o funcionamento deles.

5.3 – ITEM 04: FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET RURAL RÁDIO, FIBRA OU SATÉLITE COM NO MÍNIMO 40MB (MBPS – MEGA BITS POR SEGUNDO) COMPARTILHADO, TODOS OS PONTOS SE ENCONTRAM NA ZONA RURAL DA CIDADE DE SACRAMENTO – MG

5.3.1 - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS SOLICITADAS:



5.3.1.1 - Garantia de conexão 24 horas por dia e 7 dias por semana; sem franquia de dados.

5.3.1.2 - Velocidade do Link de conexão com a Internet de no mínimo 40Mbps, para cada ponto.

5.3.1.3 - Suporte Técnico para o Link, deverá ser prestado em horário de expediente da Prefeitura (07:00 ÀS 17:00 hs) com prazo máximo de 04 horas para solução de problemas, após a abertura do chamado técnico;

5.3.1.4 - Após a abertura do chamado técnico, este deverá estar no local ou entrar em contato com a Prefeitura para fins de análise do problema em no máximo 1 hora;

5.3.1.5 - A empresa deverá possuir outorga da ANATEL para explorar os Serviços SCM;

5.3.1.6 - A interligação deve ser em conexão permanente, direto do provedor contratado até o ponto da prefeitura a ser instalado à infraestrutura de internet, obedecendo às recomendações elaboradas pela Electronic Industries Alliance/Telecommunications Industry Association EIA/TIA e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para provimento de serviços de acesso à internet (Internet Service Providers) e demais normas, quando couber;

5.3.1.7 - A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço.

5.3.1.8 - Após o início oficial de operação do link contratado, quaisquer demandas de configuração em equipamento de comunicação de dados deverão ser realizadas pela Contratada em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas;

5.3.1.9 - A contratada se responsabilizará por eventuais adaptações nas instalações físicas nas dependências do contratante, assim como a infraestrutura externa, para a implantação dos serviços contratados (passagem de cabos, lançamento de fibras ópticas, adaptação de tomadas, torres de transmissão, antenas, etc).

5.3.2 – PRAZO PARA SUPORTE:

5.3.2.1 - Suporte Técnico para o Link, deverá ser prestado em horário de expediente da Prefeitura (07:00 hs as 17:00hs) com prazo máximo de 04 horas para solução de problemas, após a abertura do chamado técnico;

5.3.2.1 - Após a abertura do chamado técnico, este deverá estar no local ou entrar em contato com a Prefeitura para fins de análise do problema em no máximo 45 minutos;

5.3.3 – REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS

5.3.3.1 - A solução utilizada na instalação deverá, tecnologicamente, estar baseada em equipamentos que utilizem padrões vigentes no mercado e marcas líderes na sua área, propiciando a segurança dos dados.

5.3.3.2 - A Contratada se responsabiliza pela substituição dos equipamentos em caso de defeitos (queima por descarga elétrica, superaquecimento, falha do equipamento). A substituição deverá ser feita em no máximo 2 (duas) horas após aberto o chamado. Os equipamentos, necessários à interligação das redes, serão fornecidos pela Contratada. A Contratada deverá fornecer um número de telefone celular de técnico responsável para Suporte Técnico de Emergência – 24 horas (fora do horário de expediente, finais de semana e feriados), para casos de pane ou defeito nos equipamentos que provoquem a paralisação do acesso à internet em cada ponto. Se necessário, a prefeitura abrirá as ocorrências diretamente com o consultor responsável a ser designado pela CONTRATADA. Para cada ocorrência de serviço, a licitante deverá disponibilizar um identificador único (número de chamado) para facilidade no acompanhamento das soluções; A abertura dos chamados técnicos poderá ser efetuada por toda a Equipe de TI (Tecnologia e Informação) da Prefeitura e o seu fechamento ficará condicionado ao aceite daquele departamento.

5.3.4 – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

5.3.4.1 - Em caso de indisponibilidade dos links causada por defeitos nos materiais, rompimento, defeitos em fusões ou outros problemas de natureza física, os links afetados deverão ser restabelecidos em, no máximo, 4 (quatro) horas; durante a vigência do contrato, deverá ser disponibilizado um número de telefone



que possibilite um atendimento de 24 (vinte e quatro) horas/dia, 7 (sete) dias por semana, para eventuais chamados técnicos. Este número atuará como central de atendimento das ocorrências do serviço; as ligações para ele efetuadas. Se necessário, a prefeitura abrirá as ocorrências diretamente com o consultor responsável a ser designado pela CONTRATADA. Para cada ocorrência de serviço, a licitante deverá disponibilizar um identificador único (número de chamado) para facilidade no acompanhamento das soluções; A abertura dos chamados técnicos poderá ser efetuada por toda a Equipe de TI (Tecnologia e Informação) e o seu fechamento ficará condicionado ao aceite daquele departamento; Os chamados serão considerados como ABERTO e o tempo para efetivar o serviço será contabilizado a partir do momento da ligação da Equipe de TI da Prefeitura para o número disponibilizado e/ou envio de e-mail para suporte e/ou sistema de chamados próprio da contratada.

5.3.4.2 - Em caso de impedimento de acesso dos técnicos da contratada ao local da ocorrência, que seja de responsabilidade da Prefeitura, o prazo de atendimento passará a ser contado a partir do acesso do técnico ao local, para a resolução do problema.

5.3.4.3 - As interrupções programadas para manutenções preventivas, serão efetuadas no período compreendido entre 00:00 e 06:00 horas, horário de Brasília, de domingo e/ou segunda-feira, e comunicadas a Prefeitura com antecedência mínima de cinco dias, sendo que este tipo de serviço só será realizado com o aval da Prefeitura. Quando este período for extrapolado, incorrerá em penalidade; Casos excepcionais deverão ser tratados de comum acordo com a Prefeitura. Quando o prazo mínimo de cinco dias de comunicação não for obedecido, ou a Prefeitura não for informada, incorrerá em penalidade;

5.3.4.4 - Os equipamentos necessários para a ligação do link (modems, roteadores, rádios, etc..) deverão ser fornecidos pela Contratada.

5.3.4.5 - O serviço contratado deverá permitir incorporar modificações ou ampliações sem que estas impliquem na interrupção do restante das conexões do cliente. Para a efetivação de tais modificações/ampliações deverá contratante consultar a contratada para a definição de novas condições técnico-comerciais (viabilidade, velocidades e valores), bem como agendamento de paralisações. A solução deverá, tecnologicamente, estar baseada em equipamentos que utilizem padrões vigentes no mercado e marcas líderes na sua área, propiciando a segurança dos dados.

5.3.4.6 - Disponibilizar IP fixo em todas os links instalados para controle interno do setor de informática da Prefeitura de Sacramento;

5.3.4.7 - A taxa de transmissão deverá sempre estar disponível na totalidade do fluxo contratado e não deve incluir a taxa de overhead de protocolos até a camada 2 do modelo OSI;

5.3.4.8 - O Link deverá ser instalado e configurado no local indicado pelo setor de Informática da Prefeitura de Sacramento, de modo que, todos os computadores deverão acessar integralmente todos os serviços da Internet (Navegação, envio e recebimento de E-mails, FTP e todos os demais serviços) sem qualquer restrição ou distinção. Tudo deve ser providenciado antecipadamente e de forma programada para que os serviços possam ser devidamente configurados com os novos endereços IP e possam se manter em pleno funcionamento, sem quaisquer transtornos, tornando o processo de instalação o mais transparente possível.

5.3.4.9 - A Contratada, sempre que necessitar realizar manutenções preventiva ou de ampliação em sua estrutura (Links de Acesso, substituição de meio físico, dentre outros), que possam acarretar a paralisação ou baixa de performance na comunicação do Link Central e/ou Unidades Remotas, deverá comunicar a Contratante com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência. A Contratada se responsabiliza pela substituição dos equipamentos em caso de defeitos (queima por descarga elétrica, superaquecimento, falha do equipamento). A substituição deverá ser feita em no máximo 2 (duas) horas após aberto o chamado.

5.3.5 – DISPONIBILIDADE



5.3.5.1 - A disponibilidade do serviço será calculada por link para período de um mês (trinta dias), terá como data de início sempre o primeiro dia de cada mês. Quando da ativação os dias consecutivos a partir da ativação do serviço até o último dia do mês. O serviço deverá estar disponível vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano, para todos os níveis de serviço.

5.3.5.2 - A disponibilidade mensal exigida do link será de 95%.

5.3.5.3 - O cálculo da disponibilidade se dará através da seguinte equação:

- $D\% = [(To - Ti) / To] * 100$ Onde: D = disponibilidade To = período de operação trinta dias (em minutos).
- Ti = somatório dos tempos de taxa de erros elevada (que não tenham atendido o solicitado) e das interrupções por inoperância do link durante o período de operação trinta dias (em minutos).
- No cálculo de disponibilidade, não serão consideradas as interrupções programadas e aquelas de responsabilidade da Prefeitura.

5.3.5.4 – Atraso - É o tempo médio máximo admissível na transmissão de um pacote IP. Atraso bidirecional [ida e volta (RTT - Round Trip Time definido no RFC 2681)], onde RTT é o tempo de ida e volta de um pacote ao longo de todo o link. Isto também indica se a qualidade da conexão é boa ou não, pois representa o retardo sofrido pelo pacote nos diversos elementos de rede no caminho.

5.3.5.5 – Será admitido um retardo máximo de 60ms;

5.3.5.6 – Será admitido um jitter máximo de 40ms;

5.3.5.7 – A aferição da ocorrência ou não de atraso, bem como a sua variação na conexão, não pode ser feita predefinindo um dia da semana, duração e horário, porque o estado da rede se altera no decorrer do período. Portanto, será necessário realizar várias amostragens de teste durante todo o período de interesse de realização da aferição de 8 horas ou 24 horas;

5.3.5.8 – O tempo de cada amostragem será de pelo menos 60 minutos com intervalo entre as amostragens de 15, 30 ou 60 minutos, dependendo da solicitação da Prefeitura. A conexão será testada com carga.

5.3.5.9 – Os atrasos ou suas variações decorrentes de equipamentos da Prefeitura serão desconsiderados.

5.3.5.10 – Tempo de inoperância: Será considerado como tempo de inoperância a partir da abertura do chamado técnico com a contratada até o restabelecimento do link às condições normais de operação, computado em minutos.

5.3.5.11 – Quando da ocorrência de inoperância e a responsabilidade for da contratada, será considerada a contagem de inoperância no período de 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano. A contagem da inoperância será sempre a partir do primeiro minuto do primeiro dia de cada mês até as vinte e quatro horas do último dia do mês, incorrendo em penalidade.

5.3.5.12 - Tempo TOTAL de inoperância: É a soma dos tempos de inoperância no intervalo de um mês, por link, acumulados em minutos. A contagem total da inoperância será sempre a partir do primeiro minuto do primeiro dia de cada mês até as vinte e quatro horas do último dia do mês.

5.3.5.13 - O tempo total de inoperância máximo permitido será de 500 minutos por ano.

5.3.6 – SUPORTE DE SERVIÇOS

5.3.6.1 - Quando da ocorrência de falha no link a contratada deverá efetuar a verificação de todo o enlace (modems e link).

5.3.6.2 - Deverão ser efetuados testes de verificação de qualidade de transmissão, pelo contratado dos serviços, sempre que houver solicitação da Prefeitura, sem custos adicionais. A contratada deverá manter uma central de serviços para atendimento técnico com um número telefônico, com chamadas franqueadas, para o registro de chamados no período de 24 horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano.

5.3.6.3 - Somente serão aceitas solicitações técnicas oriundas da Área de TI da Prefeitura Municipal.

5.3.6.4 - Manutenção do link com defeito. Os serviços de assistência técnica serão realizados em qualquer horário, sete dias por semana.



5.4 – ITEM 03: FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO NO PROJETO INTERNET NA PRAÇA COM VELOCIDADE DE LINK DE NO MÍNIMO 1 (UM) GIGABYTE, EQUIPAMENTOS COM LOGIN PARA USO DOS USUÁRIOS EM CONFORMIDADE COM O MARCO CIVIL DA INTERNET E LGPD, POSSIBILIDADE DE FAZER CAMPANHAS NO ATO DO LOGIN, EQUIPAMENTOS COM CAPACIDADE DE ATENDER NO MÍNIMO 200 PESSOAS SIMULTANEAMENTE.

5.4.1 - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS SOLICITADAS

5.4.1.1 - Garantia de conexão 24 horas por dia e 7 dias por semana;

5.4.1.2 - Velocidade do Link de conexão com a Internet de no mínimo 1 (um) gigabyte simétrico;

5.4.1.3 - Suporte Técnico para o Link, deverá ser prestado em horário de expediente da Prefeitura (07:00 as 17:00) com prazo máximo de 04 horas para solução de problemas, após a abertura do chamado técnico;

5.4.1.4 - Após a abertura do chamado técnico, este deverá estar no local ou entrar em contato com a Prefeitura para fins de análise do problema em no máximo 45 minutos;

5.4.1.5 - A empresa deverá possuir outorga da ANATEL para explorar os Serviços SCM;

5.4.1.6 - A interligação deve ser em conexão permanente, direto do provedor contratado até o ponto da prefeitura a ser instalado à infraestrutura de internet, obedecendo às recomendações elaboradas pela Electronic Industries Alliance/Telecommunications Industry Association EIA/TIA e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para provimento de serviços de acesso à internet (Internet Service Providers) e demais normas, quando couber;

5.4.1.7 - Ser provido com base em uma infraestrutura de fibra-óptica, como meio de acesso, vedada a utilização de qualquer outra tecnologia de acesso. A não ser um comum acordo com o Departamento de Informática da Prefeitura em casos que a CONTRATADA forneça o acesso com tecnologia diferente, mas com garantia de serviço de qualidade.

5.4.1.8 - A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço.

5.4.1.9 - Após o início oficial de operação do link contratado, quaisquer demandas de configuração em equipamento de comunicação de dados deverão ser realizadas pela Contratada em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas;

5.4.1.10 - A contratada se responsabilizará por eventuais adaptações nas instalações físicas nas dependências do contratante, assim como a infraestrutura externa, para a implantação dos serviços contratados (passagem de cabos, lançamento de fibras ópticas, adaptação de tomadas etc).

5.4.1.11 – Empresa deverá fornecer atestado de implantação e manutenção de Access Points;

5.4.2 – PRAZO PARA SUPORTE

5.4.2.1 - Requisitos Técnicos Obrigatórios - A solução utilizada na instalação deverá, tecnologicamente, estar baseada em equipamentos que utilizem padrões vigentes no mercado e marcas líderes na sua área, propiciando a segurança dos dados. A Contratada deverá disponibilizar os links do objeto desta licitação, não repassando a terceiros quaisquer responsabilidades sobre o funcionamento dos mesmos.

5.4.2.2 - A Contratada se responsabiliza pela substituição dos equipamentos em caso de defeitos (queima por descarga elétrica, superaquecimento, falha do equipamento). A substituição deverá ser feita em no máximo 2 (duas) horas após aberto o chamado. Os equipamentos, necessários à interligação das redes, serão fornecidos pela Contratada. A Contratada deverá fornecer um número de telefone celular de técnico responsável para Suporte Técnico de Emergência – 24 horas (fora do horário de expediente, finais de semana e feriados), para casos de pane ou defeito nos equipamentos que provoquem a paralisação do acesso à internet em cada ponto. Se necessário, a prefeitura abrirá as ocorrências diretamente com o consultor responsável a ser designado pela CONTRATADA. Para cada ocorrência de serviço, a licitante deverá disponibilizar um identificador único (número de chamado) para facilidade no acompanhamento das



soluções; A abertura dos chamados técnicos poderá ser efetuada por toda a Equipe de TI (Tecnologia e Informação) e o seu fechamento ficará condicionado ao aceite daquele departamento;

5.4.2.3 - Dos serviços de manutenção - Em caso de indisponibilidade dos links causada por defeitos nos materiais, rompimento, defeitos em fusões ou outros problemas de natureza física, os links afetados deverão ser restabelecidos em, no máximo, 4 (quatro) horas; durante a vigência do contrato, deverá ser disponibilizado um número de telefone que possibilite um atendimento de 24 (vinte e quatro) horas/dia, 7 (sete) dias por semana, para eventuais chamados técnicos. Este número atuará como central de atendimento das ocorrências do serviço; as ligações para ele efetuadas. Se necessário, a prefeitura abrirá as ocorrências diretamente com o consultor responsável a ser designado pela CONTRATADA. Para cada ocorrência de serviço, a licitante deverá disponibilizar um identificador único (número de chamado) para facilidade no acompanhamento das soluções; A abertura dos chamados técnicos poderá ser efetuada por toda a Equipe de TI (Tecnologia e Informação) e o seu fechamento ficará condicionado ao aceite daquele departamento; Os chamados serão considerados como ABERTO e o tempo para efetivar o serviço será contabilizado a partir do momento da ligação da Equipe de TI da Prefeitura para o número disponibilizado e/ou envio de e-mail para suporte e/ou sistema de chamados próprio da contratada.

5.4.2.4 - Em caso de impedimento de acesso dos técnicos da contratada ao local da ocorrência, que seja de responsabilidade da Prefeitura, o prazo de atendimento passará a ser contado a partir do acesso do técnico ao local, para a resolução do problema.

5.4.2.5 - As interrupções programadas para manutenções preventivas, serão efetuadas no período compreendido entre 00:00 e 06:00 horas, horário de Brasília, de domingo e/ou segunda-feira, e comunicadas a Prefeitura com antecedência mínima de cinco dias, sendo que este tipo de serviço só será realizado com o aval da Prefeitura. Quando este período for extrapolado, incorrerá em penalidade; Casos excepcionais deverão ser tratados de comum acordo com a Prefeitura. Quando o prazo mínimo de cinco dias de comunicação não for obedecido, ou a Prefeitura não for informada, incorrerá em penalidade;

5.4.2.6 - O serviço contratado deverá permitir incorporar modificações ou ampliações sem que estas impliquem na interrupção do restante das conexões do cliente. Para a efetivação de tais modificações/ampliações deverá contratante consultar a contratada para a definição de novas condições técnico-comerciais (viabilidade, velocidades e valores), bem como agendamento de paralisações. A solução deverá, tecnologicamente, estar baseada em equipamentos que utilizem padrões vigentes no mercado e marcas líderes na sua área, propiciando a segurança dos dados.

5.4.2.7 – A contratada deverá disponibilizar software de acompanhamento das conexões ativas e usuários conectados em cada link bem como a possibilidade de utilizarmos campanhas informativas no momento do Login dos usuários que irão utilizar a internet.

5.5 – ITEM 05: FORNECIMENTO DE KIT PARA ACESSO SIMULTÂNEO DE NO MÍNIMO 200 PESSOAS, EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA. EQUIPAMENTOS COM LOGIN PARA USO DOS USUÁRIOS EM CONFORMIDADE COM O MARCO CIVIL DA INTERNET E LGPD, POSSIBILIDADE DE FAZER CAMPANHAS NO ATO DO LOGIN. VALOR DIÁRIO

5.5.1 - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS SOLICITADAS

5.5.1.1 - A empresa deverá possuir outorga da ANATEL para explorar os Serviços SCM;

5.5.1.2 - A interligação deve ser em conexão permanente, direto do provedor contratado até o ponto da prefeitura a ser instalado à infraestrutura de internet, obedecendo às recomendações elaboradas pela Electronic Industries Alliance/Telecommunications Industry Association EIA/TIA e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para provimento de serviços de acesso à internet (Internet Service Providers) e demais normas, quando couber;

5.5.1.3 - Ser provido com base em uma infraestrutura de fibra-óptica, como meio de acesso, vedada a utilização de qualquer outra tecnologia de acesso. A não ser um comum acordo com o Departamento de



Informática da Prefeitura em casos que a CONTRATADA forneça o acesso com tecnologia diferente, mas com garantia de serviço de qualidade.

5.5.1.4 - A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço.

5.5.1.5 - A contratada se responsabilizará por eventuais adaptações nas instalações físicas nas dependências do contratante, assim como a infraestrutura externa, para a implantação dos serviços contratados (passagem de cabos, lançamento de fibras ópticas, adaptação de tomadas etc).

5.5.2 – REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS

5.5.2.1 - A solução utilizada na instalação deverá, tecnologicamente, estar baseada em equipamentos que utilizem padrões vigentes no mercado e marcas líderes na sua área, propiciando a segurança dos dados. A Contratada deverá disponibilizar os links do objeto desta licitação, não repassando a terceiras quaisquer responsabilidades sobre o funcionamento dos mesmos.

5.5.2.2 - A Contratada se responsabiliza pela substituição dos equipamentos em caso de defeitos (queima por descarga elétrica, superaquecimento, falha do equipamento). A substituição deverá ser feita imediatamente. Os equipamentos, necessários à interligação das redes, serão fornecidos pela Contratada. A Contratada deverá fornecer um número de telefone celular de técnico responsável para Suporte Técnico de Emergência durante toda duração do evento para casos de pane ou defeito nos equipamentos que provoquem a paralisação do acesso à internet. Se necessário, a prefeitura abrirá as ocorrências diretamente com o consultor responsável a ser designado pela CONTRATADA. A abertura dos chamados técnicos poderá ser efetuada por toda a Equipe de TI (Tecnologia e Informação) e o seu fechamento ficará condicionado ao aceite daquele departamento.

5.5.3 – DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

5.5.3.1 - Em caso de indisponibilidade dos links causada por defeitos nos materiais, rompimento, defeitos em fusões ou outros problemas de natureza física, os links afetados deverão ser restabelecidos em, no máximo, 1 (uma) hora; durante a vigência do contrato, deverá ser disponibilizado um número de telefone que possibilite um atendimento de 24 (vinte e quatro) horas/dia, 7 (sete) dias por semana, para eventuais chamados técnicos. Este número atuará como central de atendimento das ocorrências do serviço; as ligações para ele efetuadas. Se necessário, a prefeitura abrirá as ocorrências diretamente com o consultor responsável a ser designado pela CONTRATADA. Para cada ocorrência de serviço, a licitante deverá disponibilizar um identificador único (número de chamado) para facilidade no acompanhamento das soluções; A abertura dos chamados técnicos poderá ser efetuada por toda a Equipe de TI (Tecnologia e Informação) e o seu fechamento ficará condicionado ao aceite

daquele departamento. Os chamados serão considerados como ABERTO e o tempo para efetivar o serviço será contabilizado a partir do momento da ligação da Equipe de TI da Prefeitura para o número disponibilizado e/ou envio de e-mail para suporte e/ou sistema de chamados próprio da contratada.

5.5.3.2 - Em caso de impedimento de acesso dos técnicos da contratada ao local da ocorrência, que seja de responsabilidade da Prefeitura, o prazo de atendimento passará a ser contado a partir do acesso do técnico ao local, para a resolução do problema.

5.5.3.3 - O serviço contratado deverá permitir incorporar modificações ou ampliações sem que estas impliquem na interrupção do restante das conexões do cliente. Para a efetivação de tais modificações/ampliações deverá contratante consultar a contratada para a definição de novas condições técnico-comerciais (viabilidade, velocidades e valores), bem como agendamento de paralisações. A solução deverá, tecnologicamente, estar baseada em equipamentos que utilizem padrões vigentes no mercado e marcas líderes na sua área, propiciando a segurança dos dados.

5.5.3.4 – As quantidades previstas no Termo de Referência, no Edital e seus Anexos consubstanciam a estimativa máxima de consumo para o período de validade da Ata de Registro de Preços e do Contrato,



reservando-se o Município de Sacramento o direito de adquirir em cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial ou integral, e até mesmo o de se abster de adquirir quaisquer itens especificados.

5.5.3.5 – A licitante vencedora deverá prestar os serviços mantendo o padrão de qualidade praticado no mercado, sujeitando-se a aplicação de penalidades quando não atenderem ao solicitado.

5.5.3.6 – A licitante vencedora deverá contratar equipe de profissionais habilitados para a realização dos serviços.

5.5.3.7 – A licitante vencedora comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos serviços, bem como, após contestação, corrigir qualquer postura realizada de forma comprovadamente irregular, mediante o Fiscal da Ata de Registro de Preços e do Contrato, totalmente às suas expensas.

5.5.3.8 – Os serviços objeto deste Pregão consiste na contratação de equipe para realizar os serviços de fornecimento do link de internet conforma especificação.

5.5.3.9 – Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, conforme solicitação da Secretaria, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

5.5.3.10 – A prestação dos serviços será vistoriada pelo Gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços e do Contrato, no tocante às especificações.

5.6 – ITEM 06: INTERNET VIA SATÉLITE DE BAIXA ÓRBITA (LOCAÇÃO DE UM KIT DE INTERNET VIA SATÉLITE), COM BANDA DE DOWNLOAD MÍNIMA DE 20 MBPS E BANDA DE UPLOAD MÍNIMA DE 2MBPS SEM FRANQUIA DE DADOS COM TERMINAL TRANSPORTÁVEL. FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS (NECESSÁRIOS PARA ACESSO WLAN, WAN), TRANSPORTE E INSTALAÇÃO DE TODO APARATO NECESSÁRIO PARA O FUNCIONAMENTO DO LINK SATELITAL.

5.6.1 - A CONTRATADA compromete-se a fornecer à CONTRATANTE os serviços de internet via satélite de baixa órbita, no regime de comodato de um kit de internet via satélite para cada contrato de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais um ano, com os seguintes itens:

5.6.2 - Antena - Fonte de Alimentação - Roteador – Cabeamento – Adaptador Ethernet (RJ45)

5.6.3 - Características técnicas:

5.6.4 - Banda de Download: Mínima de 20 Mbps.

5.6.5 - Banda de Upload: Mínima de 2 Mbps.

5.6.6 - Franquia de Dados: Sem franquia (ou franquia ilimitada).

5.6.7 - Tipo de Satélite: Satélite de Baixa órbita.

5.6.8 - Terminal Transportável: O terminal deve funcionar mesmo em movimento em todo território nacional, seguindo o modelo de referência da STARLINK

5.6.9 - Assistência: Deverá fornecer treinamento para operação do equipamento (poderá ser on line)

5.6.10 - Assistência 24 horas.

5.6.11 - Substituição do equipamento em caso de pane.

5.6.12 - Serviço de link de Internet via Satélite ilimitada, sem restrições de franquia, que permanece ativo 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana, assegurando uma conectividade contínua e ininterrupta

5.6.13 - Os roteadores devem possuir alcance mínimo de 160 metros em área livre, bivolt, velocidade de download mínimo de 20Mbps, upload mínimo de 2 Mbps e latência de até 50 ms. A empresa deverá prover antena, roteador WIFI, fonte de alimentação, base, cabos, conectores e todos os equipamentos necessários para o correto funcionamento da internet em sistema de comodato.

5.6.14 - Suporte à capacidade móvel (pode ser usada em movimento) ou transportável.

5.6.15 - A CONTRATADA será responsável por fornecer, em regime de comodato, os equipamentos e materiais necessários para garantir o perfeito funcionamento do acesso à Internet. Além disso, ela assumirá a responsabilidade pela manutenção e substituição desses itens, sem nenhum custo adicional para o Contratante.



5.6.16 - A CONTRATADA ficará encarregada da configuração inicial dos equipamentos necessários para a ativação do serviço. Isso inclui a definição dos parâmetros e ajustes relacionados aos protocolos e ao sistema de segurança, sendo sua responsabilidade garantir que tudo esteja devidamente configurado.

5.6.17 - Deverá ser disponibilizado um centro de assistência técnica que ofereça atendimento na língua portuguesa, permitindo que a CONTRATANTE registre ocorrências e solicitações de reparo, além de acompanhar a resolução dos problemas.

5.6.18 - O satélite utilizado para a prestação do serviço deve apresentar cobertura em todo o território continental brasileiro, com a devida autorização de operação emitida pela ANATEL.

5.6.19 - A CONTRATADA tem a responsabilidade de garantir o sigilo e a inviolabilidade dos dados que são trafegados em sua rede.

5.6.20 - O modem fornecido deverá possuir uma interface de integração compatível com o padrão Ethernet IEEE802.3 (10 /100BaseT) ou superior, permitindo sua conexão direta à rede local. Além disso, ele deve oferecer suporte à conexão sem fio (Wi-Fi).

5.6.21 - Os equipamentos fornecidos deverão ser novos e incluir todos os cabos de RF, cabos de energia, cabos de comunicação, conectores, suportes, presilhas, manuais, licenças e relatórios necessários.

5.7 – As quantidades previstas no Termo de Referência, no Edital e seus Anexos consubstanciam a estimativa máxima de consumo para o período de validade da Ata de Registro de Preços e do Contrato, reservando-se o município de Sacramento o direito de solicitar em cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial ou integral, e até mesmo o de se abster de solicitar quaisquer itens especificados.

5.8 – A licitante vencedora deverá entregar os serviços mantendo o padrão de qualidade praticado no mercado, sujeitando-se a aplicação de penalidades quando não atenderem ao solicitado.

5.9 – A licitante vencedora comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos serviços, bem como, após contestação, substituir ou corrigir qualquer serviço prestado de forma comprovadamente irregular, mediante o Fiscal da Ata de Registro de Preços e do Contrato e totalmente às suas expensas.

5.10 – A entrega será realizada de forma fracionada, conforme necessidade e solicitação da Secretaria, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e o Contrato.

5.11 – A licitante vencedora deverá entregar os serviços solicitado no prazo de 15 (quinze) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, encaminhado pela contratante, por servidor responsável, mediante endereço eletrônico, ou meio suplementar acordado entre as partes, cuja solicitação mantenha-se registrada.

5.12 – No ato da entrega, os serviços serão previamente conferidos pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços e o Contrato no tocante às especificações.

5.13 – Os serviços serão recebidos:

5.13.1 – Provisoriamente, para posterior verificação da conformidade com as exigências do objeto lícitado.

5.13.2 – O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias, contados da data do recebimento provisório, se e quando a Ata de Registro de Preços e o Contrato tiverem sido executados de acordo com as exigências e especificações do Termo de Referência, do Edital e seus Anexos.

5.13.3 – Fazendo-se necessária a substituição ou correção de qualquer serviço, a licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias para executá-la, contados da notificação por escrito ou por telefone, expedida pelo Município de Sacramento-MG, para a adoção das medidas corretivas.

5.13.4 – Em todo caso, quando da emissão de notificação, poderão ser interrompidos os prazos de recebimento e de pagamento até que a possível irregularidade seja sanada.

5.14 – Segue abaixo a relação de prédios públicos municipais, incluindo zona rural, com os respectivos endereços, para a prestação dos serviços:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SACRAMENTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

RELAÇÃO DOS PRÉDIOS MUNICIPAIS	
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	
LOCAIS	ENDEREÇOS
PRÉDIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO VEREADOR CLANTHER SCALON	PRAÇA MONSENHOR SAUL DO AMARAL, Nº 512 – CENTRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
LOCAIS	ENDEREÇOS
PRÉDIO DA SEDE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R. SANTO AFONSO, Nº 148 – BAIRRO BELA VISTA II
PRÉDIO DA SEDE DO CREAS	R. SÃO PEDRO, 46 - B. CENTRO
PRÉDIO DO CONSELHO TUTELAR	R. ÂNGELO CREMA, 45 – B. CENTRO
PRÉDIO DO LAR SOLIDÁRIO	R. FRANCISCO PALMÉRIO, 250 – B. CERVATO IV
PRÉDIO DO SINE/JUCEMG/RECEITA FEDERAL	R. SILVA JARDIM, 109 - B. CENTRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURÍSTICO E CULTURAL	
LOCAIS	ENDEREÇOS
PRÉDIO DO MUSEU CORÁLIA VENITES MALUF	RUA VIGÁRIO PAIXÃO, S/N – CENTRO
SECRETARIA DE TURISMO	RUA SILVA JARDIM Nº42, CENTRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	
LOCAIS	ENDEREÇOS
PRÉDIO DO GINÁSIO POLIESPORTIVO MARQUEZINHO	RUA CORONEL TEODORO RODRIGUES DA CUNHA, Nº 433 – CENTRO
VILA OLÍMPICA PERPÉTUO SOCORRO	RUA SALOMÃO JACOB Nº S/N, BAIRRO PERPÉTUO SOCORRO
QUADRA DE ESPORTES MARIO ANTONIO DE ALMEIDA (ROSÁRIO)	RUA SILVIO CREMA Nº S/N, BAIRRO ROSÁRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
LOCAIS	ENDEREÇOS
PRÉDIO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R. SILVA JARDIM, 48 – CENTRO
PRÉDIO DA ESCOLA PRÉ ESCOLAR PROFESSORA SILVIA VIEIRA	R. ASTOLPHO DE LUCA, S/N – JARDIM AMÉRICA
PRÉDIO DA ESCOLA DR JOÃO CORDEIRO	PRAÇA FRANKLIN VIEIRA, 48 – PERPÉTUO SOCORRO
PRÉDIO DA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CMEI PROFESSORA NILDES MARIA MOREIRA CAMILO	R. CRISTO REI, S/N – CENTRO
PRÉDIO DA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CMEI APARECIDA CERCHI LOIOLA	R. AMÉRICO RAIMUNDO BORGES, 300 – ALTO BOA VISTA
PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL LUIZ MAGNABOSCO	R. DONA TUTA, S/N. – CERVATO III
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
LOCAIS	ENDEREÇOS
PRÉDIO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SUS – FMSS	RUA CRISTO REI Nº 188, BAIRRO CENTRO (ENTRADA DE BAIXO)
PRÉDIO DO CRES DR ANTONIO JULIO DA SILVA SOBRINHO	RUA CRISTO REI Nº 188, BAIRRO CENTRO (ENTRADA LATERAL)
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	RUA CRISTO REI Nº 188, BAIRRO CENTRO (ENTRADA LATERAL)
PRÉDIO DA SEDE DA FARMÁCIA DE MINAS	RUA MAURÍCIO BONATI Nº 10, BAIRRO FELIPE VENITES
PRÉDIO DA SEDE DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	RUA COMENDADOR MACHADO Nº 558, BAIRRO CENTRO
PRÉDIO DA UNIDADE DE SAÚDE LUIS GIANI – CAPS	RUA TIO ADOLFO S/Nº, BAIRRO ALTO DA ESTAÇÃO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SACRAMENTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PRÉDIO DA UBS ARACY LOPES PAVANELLI	PRAÇA IDALIDES MILAN DE RESENDE S/Nº, BAIRRO CHAFARIZ
PRÉDIO DO PSF CHAFARIZ	PRAÇA IDALIDES MILAN DE RESENDE Nº 22, BAIRRO CHAFARIZ
PRÉDIO DO PSF MARIA ROSA	RUA ANGELINA BERNADELI FRAGA Nº 1425, BAIRRO MARIA ROSA
PRÉDIO DO PSF MILTON SKAFF	RUA UBERABA Nº 315, BAIRRO PERPÉTUO SOCORRO
PRÉDIO DO PSF COHAB	RUA ATAIDE SILVA Nº 40, BAIRRO EURÍPEDES BARSANULFO
PRÉDIO DO PSF CAJURU	RUA INACIO AMARO LOIOLA Nº 160, BAIRRO CAJURÚ
PRÉDIO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	RUA OTÁVIO MARTINS BRAGA Nº 461, BAIRRO JARDIM ALVORADA
PRÉDIO DA OFICINA DO CAPS	RUA CARLOS RODRIGUES DA CUNHA Nº 113, BAIRRO ALTO BOA VISTA
PRÉDIO DO ARQUIVO DA SAÚDE	RUA SALOMÃO JACOB Nº 263, BAIRRO PARQUE SABIÁ
PRÉDIO DO CENTRO DE FISIOTERAPIA E TERAPIA ALTERNATIVAS	RUA SALOMÃO JACOB Nº 263, BAIRRO PARQUE SABIÁ
PRÉDIO DO ALMOXARIFADO SAÚDE	RUA JOÃO PADOVANI Nº 51, BAIRRO FELIPE VENIDES 2
PRÉDIO DO PROJETO C.L.I.A	AV. ANTÔNIO CARLOS Nº 260, BAIRRO CENTRO
PRÉDIO DA FARMACIA MELHOR EM CASA	RUA CORONEL JOSE AFONSO DE ALMEIDA Nº 106, BAIRRO CENTRO
DEMAIS PRÉDIOS	
LOCAIS	ENDEREÇOS
RODOVIÁRIA DE SACRAMENTO	PRAÇA CÔNEGO HERMÓGENES Nº 25, BAIRRO CENTRO
ALMOXARIFADO MUNICIPAL	RUA AFONSO PENA, BAIRRO ROSÁRIO
PROCON/JUNTA MILITAR	RUA SÃO PEDRO Nº 254, CENTRO
PRÉDIOS PÚBLICOS LOCALIZADOS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SACRAMENTO	
PARQUE MUNICIPAL DA GRUTA DOS PALHARES	RODOVIA ANTENOR DUARTE, ZONA RURAL
COMUNIDADE DIVISA	-19.828631, -47.285364
COMUNIDADE DESEMBOQUE	-20.014323, -47.020946
COMUNIDADE QUENTA-SOL	-20.112858, -47.164349
COMUNIDADE JAGUARINHA	-20.032065, -47.285125
COMUNIDADE SETE VOLTAS	-20.164682, -47.056226
COMUNIDADE BANANAL	-20.086535, -47.212209
ESCOLA JAGUARA	-20.031451, -47.405218
ANTIGA ESTAÇÃO CIPÓ	-19.958425, -47.475120

5.14.1 - Os locais para a prestação dos serviços poderão sofrer alterações, devido ao fluxo de mudanças de alguns Setores/Secretarias, podendo acrescentar e/ou modificar alguns pontos de links.



CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 – Os recursos a serem utilizados na contratação são de origem própria.

6.2 – DOTAÇÕES:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ficha 131 - Recurso 1500

Ficha 918 - Recurso 1500

Ficha 129 - Recurso 1500

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Ficha 13 - Recurso 1500

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Ficha 63 - Recurso 1500

Ficha 64 - Recurso 1500

6.3 – Toda despesa para aquisição do objeto a ser licitado deverá ser empenhada de acordo com as dotações orçamentárias para o exercício de 2024 e as dotações posteriores, suplementadas -se necessário-, previamente informadas – Lei Orçamentária Anual nº. 1.972, de 21 de dezembro de 2023, indicadas no Impacto Orçamentário elaborado pela Contabilidade.

6.4 – O pagamento decorrente dos serviços será efetuado pelo Município de Sacramento/MG, por processo legal, mensalmente, em até 30 (trinta) dias consecutivos após o recebimento da nota fiscal/fatura eletrônica.

6.5 – O pagamento à Contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

6.6 – Permanece as licitantes científicas, que com o advento da Instrução Normativa nº 2145, de 26 de junho de 2023 (Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta e indireta e demais pessoas jurídicas que menciona pelo fornecimento de bens e serviços), mormente artigo 2º, caput, compete à Administração, efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos realizados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, razão pela qual, faz-se indispensável a indicação pela licitante junto à nota fiscal, do valor correspondente ao imposto, devendo também observar o disposto no Decreto Municipal nº. 256, de 03 de julho de 2023.

6.7 – A nota fiscal/fatura eletrônica deverá ser emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

6.8 – O Gestor e o Fiscal do Contrato, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverão devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

6.9 – O pagamento devido pelo Município de Sacramento/MG será efetuado por meio de boleto bancário, depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

6.10 – Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará ao Município de Sacramento/MG plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir, a qualquer título, tempo ou forma.

6.11 – Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou serão cobrados da Contratada.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SACRAMENTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.12 – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de preservação ao erário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1 – DO MUNICÍPIO DE SACRAMENTO:

7.1.1 – Cumprir fielmente as cláusulas do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e do contrato.

7.1.2 – Receber e conferir os serviços com base nas especificações constantes no Termo de Referência.

7.1.3 – Atestar os itens recebidos, bem como sua nota fiscal/fatura.

7.1.4 – Efetuar o pagamento do valor constante na nota fiscal/fatura, no prazo estabelecido, contados do recebimento da mesma devidamente atestada e acompanhada das Certidões comprobatórias da regularidade fiscal da empresa.

7.1.5 – Relacionar-se com a contratada através do Gestor e Fiscal indicados pelo Município de Sacramento/MG, os quais acompanharão e fiscalizarão a execução do objeto licitado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as possíveis falhas detectadas, comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras.

7.1.6 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.1.7 – A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte do Município de Sacramento/MG, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas.

7.1.8 – Prestar informações e esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela contratada.

7.1.9 – O Município de Sacramento/MG fiscalizará como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das obrigações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.1.10 – Acompanhar, por intermédio da fiscalização, a execução da entrega/serviços, atestando os documentos da despesa, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos itens ou da parcela a que se referem.

7.1.11 – Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, das medidas a serem tomadas para perfeita execução do objeto.

7.1.12 – Notificar a contratada sobre eventuais atrasos na prestação de serviços e/ou descumprimento de cláusulas previstas no Termo de Referência e no contrato.

7.1.13 – Não receber os serviços/itens dissonantes das especificações contidas no Termo de Referência.

7.1.14 – Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

7.2 – DA CONTRATADA:

7.2.1 – Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

7.2.2 – Prestar os serviços/fornecimentos observando fielmente os prazos estabelecidos, devidamente conferidos e acompanhados da nota fiscal/fatura corretamente preenchida, segundo as quantidades e nos locais descritos na Autorização.

7.2.3 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo mínimo de 2 (dois) dias úteis que antecedam o prazo de vencimento para a prestação de serviços, os motivos que venham a impossibilitar o seu cumprimento.

7.2.4 – Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação.

7.2.5 – Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços solicitados.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SACRAMENTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

7.2.6 – Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços/Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2.7 – Incluir, nos preços ofertados, todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, ou de qualquer outra natureza para a integral prestação de serviços junto a cidade de Sacramento/MG, abrangendo zona rural urbana e zona rural, conforme informações fornecidas na Autorização dos Serviços.

7.2.8 – Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Município de Sacramento/MG, atendendo prontamente a todas as possíveis reclamações, caso existam.

7.2.9 – Comunicar imediatamente ao Município de Sacramento/MG qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência e demais informações.

7.2.10 – Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços/fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independente da que será exercida pelo Município de Sacramento/MG.

7.2.11 – Indenizar terceiros e/ ou ao Município, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar toda as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e as disposições legais vigentes.

7.2.12 – Solicitar do Município, em tempo hábil, quaisquer informações ou esclarecimento que julgar necessários, que possam vir a comprometer a execução do objeto.

7.2.13 – Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

7.2.14 – Entregar os serviços, nos prazos estabelecidos, devidamente conferidos e acompanhados da nota fiscal/fatura corretamente preenchida, segundo as quantidades e nos locais descritos na solicitação da Secretaria.

7.2.15 – Responsabilizar-se pelos serviços, no prazo avençado na presente contratação.

7.2.16 – Adotar, no que couber, as disposições de regramento pertinentes ao tema (Impactos Ambientais), respeitando o funcionamento adequado, utilizar insumos de origem comprovada e descartar os resíduos oriundos dos serviços de maneira adequada, conforme os ditames sanitários e ambientais previstos em lei e normas correlatas.

7.2.17 – A Contratada permanece ciente, que deverá cumprir as obrigações quanto as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, através de declaração anexada no presente instrumento convocatório.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – Quaisquer esclarecimentos deverão ser solicitados por escrito, ao Município de Sacramento/MG, situado na Praça Monsenhor Saul do Amaral, nº. 512, Bairro Centro, Sacramento/MG, no **horário de 7h às 16h** ou através do telefone/fax nº (34)3351-8934 ou e-mail: compras06@sacramento.mg.gov.br.

8.2 – Integram esta Ata, o Edital do Pregão e seus anexos, bem como as propostas das empresas classificadas.

8.3 – Os casos omissos serão resolvidos nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

8.4 – Fica eleito o Foro da Comarca de Sacramento, Minas Gerais, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SACRAMENTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Sacramento-MG, 11, de dezembro de 2024.

Wesley de Santi de Melo
Prefeito Municipal
Município de Sacramento – MG
Órgão Registrador do Preço

Eduardo Costa Vaz
Secretária Municipal de Saúde – Gestor do SUS
Fundo Municipal de Saúde de Sacramento
Órgão Registrador do Preço

Lucas Matias Mattos
CPF: 107.193.096-62
MEGACOM INTERNET LTDA
Empresa Registrada

Testemunhas:

1ª.: _____
Renata Cristina Bessa
CPF: 081.397.228-04

2ª.: _____
Marcelo de Paula
CPF: 288.853.938-10